



O investigado poderá responder pelo crime de moeda falsa

PF combate aquisição e distribuição de cédulas falsas na Paraíba

A Polícia Federal deflagrou a Operação Cara ou Coroa para combater a aquisição e distribuição de notas falsas em Campina Grande. A investigação começou após a interceptação de uma encomenda destinada ao investigado, com R\$ 1 mil em cédulas falsificadas. Um mandado de busca foi cumprido na residência dele, por decisão da 16ª Vara Federal da Paraíba. O Juízo Federal também determinou a quebra do sigilo telemático do investigado. Ele poderá responder pelo crime de moeda falsa. A operação busca reunir elementos para esclarecer a participação do investigado na circulação das cédulas falsificadas. O material apreendido será analisado pela Polícia Federal. A investigação também poderá indicar como as notas chegaram ao destinatário e se houve outras pessoas envolvidas na distribuição do dinheiro falsificado.

Bahia avança na Copa do Nordeste

Bahia e Náutico garantiram, com uma rodada de antecedência, vaga nas quartas de final da Copa do Nordeste Sub-20. As equipes venceram os dois jogos disputados e lideram seus grupos. O Bahia goleou o Santa Cruz por 4 a 0, no CT Evaristo de Macedo, em Dias d'Ávila (BA). Pelo grupo D, o Náutico venceu o Estrela de Março-BA por 2 a 1, no CT Manoel Barradas, em Salvador. Também no sábado, Fortaleza e CSA-AL empataram por 2 a 2, enquanto América-RN e Atlético-PI ficaram no 0 a 0 em Patos-PB.



O Esquadrão de Aço e o Timbu conquistaram duas vitórias

Paraíba tem duas candidatas indígenas

A Paraíba tem duas candidatas indígenas disputando o pleito eleitoral deste ano. Além disso, o Estado registra uma candidatura de pessoa transsexual e seis com candidatos ou candidatas lésbicas, bissexuais, panssexuais ou assexuais. Os dados foram conferidos pelo Portal Correio, na segunda-feira (17), no site de estatísticas eleitorais da Justiça Eleitoral. De acordo com as informações da Justiça Eleitoral, foram registradas um total de 436 candidaturas para as Eleições 2026 no estado.

Nordeste puxa alta da urbanização

O Nordeste liderou o avanço da urbanização no Brasil entre 2019 e 2022, segundo estudo divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A região registrou aumento de 16,52% nas áreas classificadas como feições urbanizadas e loteamentos vazios. O crescimento corresponde a 1.961 km² e foi o maior do país, tanto em termos proporcionais quanto em valores absolutos.

Ação

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) incorporou três promotores de Justiça. Guilherme Goulart Soares, Filipe Venâncio Côrtes e Lucas Rodrigues Almeida chegaram por meio da permuta nacional. Os dois primeiros atuavam no Ministério Público de Pernambuco, enquanto Almeida trabalhava no Ministério Público do Ceará.

Resgate

Um macaco-prego foi capturado após invadir algumas casas e causar transtornos aos moradores do bairro Promorar, na Zona Sul de Teresina (PI). O animal foi resgatado pelo Grupamento de Proteção Ambiental da Guarda Civil Municipal de Teresina. O animal chegou a entrar em algumas residências, causando alvoroço entre os moradores.

Operação

A Polícia Federal (PF) deflagrou, na terça-feira (18), a Operação Colheita Proibida, com o objetivo de desarticular organização criminosa especializada em cultivo ilícito de maconha na Bahia, bem como beneficiamento, transporte e distribuição interestadual da droga. A ação teve o apoio da Cipe-Caatinga/BA, da Cipe-Sudoeste/BA, do CPR-L/BA.

Entregas

A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco entregou 13 veículos ao Corpo de Bombeiros de Pernambuco. A ação teve investimento de R\$ 9,6 milhões e faz parte do programa Juntos pela Segurança. A frota será usada em atividades de combate a incêndios, salvamentos e atendimentos. Os equipamentos serão distribuídos para unidades.

Ação da polícia

O empresário Cícero Fabiano Melo Silva, proprietário da Paraíba Premiada, foi preso em João Pessoa, durante uma ação da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul com apoio da Polícia Civil da Paraíba. Ele estava em um hotel no bairro de Manaíra. Também foram cumpridos 4 mandados de busca em João Pessoa e Campina Grande.

Investigação

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) cumpriu, nesta terça-feira (18), dois mandados de prisão e seis de busca e apreensão contra suspeitos de integrar um grupo investigado por fraude em concursos públicos. As medidas ocorreram no Recife, na Região Metropolitana e no Agreste. A apuração começou após suspeitas no concurso.



Os dados fazem parte de levantamento do Escavador

Sergipe lidera processos de proteção de dados no estado

Estado soma 202 ações entre 2023 e 2026 e ocupa 5ª posição no ranking

Sergipe lidera o número de processos sobre proteção de dados pessoais entre os estados do Nordeste e ocupa a 5ª posição no ranking nacional, com 202 ações registradas entre 2023 e 2026. Os dados são de levantamento do Escavador divulgado em agosto, mês em que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) completa 8 anos de sanção.

No país, Sergipe aparece atrás de São Paulo, com 22,4 mil processos, Goiás, com 686, Rio de Janeiro, com 343, e Amazonas, com 298. No Nordeste, é seguido por Ceará, com 91 registros; Paraíba, com 62; Rio Grande do Norte, com 48; Bahia, com 34; Maranhão, com 28; Alagoas, com 10; Piauí, com 4; e Pernambuco, com 3.

O levantamento contabilizou 24,7 mil processos no Brasil entre 2023 e 2026. Houve queda de 90% nas ações no período. Em 2025, foram registrados 4,1 mil processos, redução de 50,7% em relação a 2024. Em 2026, com dados disponíveis até julho, foram cerca de 1 mil ações, 75% abaixo de todo o volume de 2025.

Segundo Dalila Pinheiro, Coordenadora Jurídica e DPO do Escavador, a redução não indica, isoladamente, menor preocupação com

a proteção de dados. Empresas passaram a investir mais em prevenção e soluções amigáveis, o que pode ter reduzido a judicialização.

A LGPD, instituída pela Lei nº 13.709, foi sancionada em agosto de 2018, cinco meses após o escândalo da Cambridge Analytica, que envolveu a coleta e o uso indevido de dados de 87 milhões de usuários do Facebook. A legislação estabeleceu regras para o tratamento de dados pessoais por empresas e órgãos públicos. Em 2023, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) regulamentou as sanções administrativas previstas na lei. São Paulo concentra 22,4 mil processos, mais de 32 vezes o número de Goiás. Depois aparecem Rio de Janeiro, Amazonas e Sergipe. O levantamento aponta 151 processos em Mato Grosso do Sul, 78 no Distrito Federal, 76 no Tocantins e 68 no Espírito Santo.

Os dados consideram processos classificados nos códigos 14202 e 14205, referentes à Lei Geral de Proteção de Dados. Casos ligados ao tema podem estar em outras categorias, como 14204, Privacidade, e 14203, Proteção de Dados Pessoais. O volume de ações também reflete a quantidade de empresas, consumidores.